



# **CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA**

ESTADO DE SÃO PAULO

## **COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO E BEM ESTAR SOCIAL, DIR. HUM. E CIDADANIA**

### **PARECER Nº 95/2022**

#### **Projeto de Lei nº 33/2022**

**Dispõe sobre as condições de segurança das passagens de nível instaladas ou a serem instaladas no Município de Hortolândia e dá outras providências**

**Autor: Vereador Clodoaldo Santos da Silva**  
**Relatora: Vereadora Marcia Cristina Campos**

#### **I – INTRODUÇÃO**

A propositura de autoria do Exmo. Vereador Clodoaldo Santos da Silva, Dispõe sobre as condições de segurança das passagens de nível instaladas ou a serem instaladas no Município de Hortolândia e dá outras providências.

As justificativas foram trazidas aos autos pelo autor e anexadas ao Projeto, que resumidamente abaixo transcrevo.

*“O Projeto de Lei que tem como objetivo de cobrar responsabilidade sobre a segurança nas passagens de nível sobre linha férrea instaladas ou que serão instaladas em Hortolândia. Importante salientar que em relação à segurança destes locais por parte da concessionária que operacionaliza a linha férrea, fugindo completamente da sua responsabilidade, tendo muitas vezes que recair sobre o governo local. Considerando que as passagens de nível estão legalmente sobre a operação da concessionária de serviço de transporte ferroviário, também a consequente responsabilidade de manutenção das condições de segurança, abrangendo sinalização visual, sonora e o material humano necessário ao controle e retenção do tráfego. Assim o descumprimento dessas responsabilidades enseja que a concessionária seja autuada e multada ante o não cumprimento das condições de segurança e em caso de reincidência no mesmo local, que a multa seja dobrada.” (sic).*

Durante o processo legislativo a proposta recebeu Emendas de autoria do Exmo. Senhor Vereador Enoque Leal Moura:

Emenda aditiva que acrescenta Parágrafo único ao Artigo 1º do projeto, que passa a tramitar com a seguinte redação:

*Art. 1º (...)*

*Parágrafo único. Às concessionárias do serviço de transporte ferroviário serão as únicas responsáveis pelos serviços de manutenção, limpeza e roçagem de toda a extensão da linha férrea e suas adjacências, que cruza o município de Hortolândia.*



# **CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA**

ESTADO DE SÃO PAULO

Emenda é Modificativa ao Artigo 2º do projeto, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 2º O não cumprimento das obrigações dispostas nesta lei importará na autuação da concessionária e na aplicação de penalidade de multa diária equivalente a 100 (cem) UFMH, e em casos de reincidência na aplicação de multa diária equivalente a 200 (duzentas) UFMH. (NR)”*

A proposta foi analisada na Comissão de Justiça/Redação, quando recebeu parecer favorável para a proposta original e emendas.

As competências da Comissão COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO E BEM ESTAR SOCIAL, DIR. HUM. E CIDADANIA, está disciplinado na Resolução nº 97, de 22 de Dezembro de 2008 – que Instituiu o Regimento Interno da Câmara Municipal de Hortolândia, de modo que extraímos o dispositivo em comento, verbis:

**Art. 88. Compete à Comissão de Desenvolvimento e Bem Estar Social, Direitos Humanos e Cidadania examinar e emitir parecer sobre os processos referentes à educação, ensino e artes, ao patrimônio histórico, artístico e cultural, aos esportes, às atividades de lazer, à higiene, à saúde e assistência social, direitos humanos e cidadania e, em especial: I - sistema municipal de ensino; II - concessão de bolsas de estudo e auxílio transporte aos estudantes; III - programa de merenda escolar; IV - preservação da memória da cidade no plano estético, paisagístico, de seu patrimônio histórico, cultural, artístico e arquitetônico; V - examinar emitir parecer sobre os processos relacionados à segurança, às atividades da Guarda Municipal, além de realizar estudos sobre os serviços efetuados pelas polícias civis e militares, propondo sugestões às autoridades estaduais; VI - denominação e alteração de próprios, vias e logradouros públicos; VII - concessão de títulos honoríficos, outorga de honraria, prêmios ou homenagens a pessoas que, reconhecidamente, tenham prestado serviços ao Município; VIII - serviços, equipamentos e programas culturais, educacionais, esportivos, recreativos e de lazer voltados à comunidade; IX - Gestão Municipal do Sistema Único de Saúde; X - vigilância sanitária, epidemiológica e nutricional; XI - segurança e saúde do trabalhador; XII - programas de proteção ao idoso, à mulher, à criança, ao adolescente e ao portador de deficiência; XIII - turismo e defesa do consumidor; XIV - abastecimento de produtos; XV - gestão de documentação oficial e patrimônio arquivístico local. Parágrafo único. A Comissão de Desenvolvimento e Bem Estar Social, Direitos Humanos e Cidadania, também examinará e emitirá parecer sobre os processos referentes aos Direitos Humanos e à Cidadania e, em especial: I - recebimento, avaliação e investigação de denúncias relativas à ameaça ou violação dos Direitos Humanos; II - fiscalização e acompanhamento de programas governamentais relativos à proteção dos Direitos Humanos; III - colaboração com entidade não governamentais, nacionais e internacionais, que atuem na defesa dos Direitos Humanos; IV - pesquisas e estudos relativos à situação de Direitos Humanos em Hortolândia, no Brasil e no mundo, inclusive para efeito de divulgação pública e fornecimento de subsídios para as demais Comissões da Casa; V - opinar e acompanhar especialmente aspectos atinentes a direito que envolvem a criança, o adolescente e o idoso; VI - opinar sobre aspectos atinentes a direitos daqueles que compõe a minoria como a mulher, o índio, o negro; VII - promover a defesa dos Direitos Humanos em Hortolândia nos termos das Constituições Federal e Estadual; VIII - tomar iniciativa, via prerrogativas legais, para a efetiva defesa do cidadão lesado em seus direitos fundamentais; IX - investigar sobre os problemas de interesse público, que versem sobre a violação dos Direitos Humanos, bem como realizar audiências públicas para esclarecer situações que afetem a construção da cidadania; X - realizar colóquios, simpósios e seminários referentes à promoção de Direitos Humanos e à defesa da Cidadania.**





# **CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA**

**ESTADO DE SÃO PAULO**

## **II – VOTO DA RELATORA**

Por considerar que a propositura em exame não ofende os requisitos que cabe esta Comissão analisar não vislumbramos óbice para sua regular tramitação e ao final a decisão de mérito no Plenário desta Casa.

Diante do exposto o voto é pela aprovação do referido Projeto de Lei e respectivas emendas.

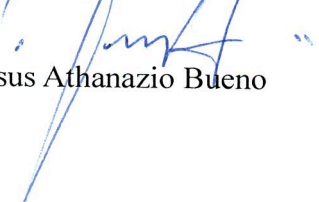
Sala das Comissões, 04 de Agosto de 2022.

  
Vereadora Marcia Cristina Campos  
Relatora

Acompanham o voto da Relatora:

  
Vereador: Edivaldo Sousa Araújo

  
Vereador: Luiz Carlos Silva Meira

  
Vereador: Derli de Jesus Athanazio Bueno